



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em
Ciências Jurídico-Criminais
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Processual Penal

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O presente curso pretende desenvolver um estudo aprofundado da prova penal, que é uma matéria de grande complexidade teórica e enorme importância prática para o jurista.

Conteúdos programáticos

I - Modelos processuais e prova penal
II - Estrutura da prova
III - Ónus da prova
IV - Prova científica e perícias
V - Método do caso e prova penal

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abrangem aspetos gerais, aspetos particulares e aspetos históricos do direito probatório penal, assegurando-se desta forma que as principais dificuldades no âmbito da prova sejam discutidas no curso ao longo do inteiro ano letivo, em função dos temas escolhidos pelos alunos e segundo uma calendarização coerente das pré-apresentações e apresentações.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método

As aulas seguem um modelo de seminário científico.

As primeiras aulas são a cargo dos regentes, servindo para apresentação do programa e método de ensino (1 aula), escolha de temas pelos alunos e calendarização de apresentações (1 aula) e preleções temáticas sobre os 5 módulos.

As restantes aulas são preenchidas pelas apresentações dos trabalhos dos alunos, seguidas de discussão e crítica por todos, que se iniciarão a partir de janeiro de 2020.

Há sempre uma aula dedicada ao método de elaboração de relatórios científicos, em data a combinar com os alunos.

II. A avaliação

É sempre realizada a chamada no início de cada aula e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A avaliação incide no relatório final a apresentar pelos alunos, mas também é avaliada a participação oral dos alunos durante o curso.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O modelo de seminário científico é o mais adequado ao aprofundamento dos temas, desde que haja um menor denominador comum que fomente em todos os alunos o interesse e a participação oral nas aulas. No presente curso, a prova penal é o menor denominador comum.



Bibliografia principal

I - Modelos processuais e prova penal

DAMASKA, Mirjan R.,

- *Evaluation of Evidence: Pre-Modern and Modern Approaches*, Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- *Evidence Law Adrift*, New Haven and London: Yale University Press, 2013 / *El Derecho Probatorio a la Deriva*, Madrid: Marcial Pons, 2015.
- *The Faces of Justice and State Authority: A Comparative Approach to the Legal Process*, New Haven and London: Yale University Press, 2013 / *Las Caras de la Justicia y del Poder del Estado*, Santiago do Chile: Editorial Juridica do Chile, 2000.

II - Estrutura da prova

AA.VV.,

- *Fundamentos de Direito Probatorio em Matéria Penal* (org.: Kai Ambos, Ezequiel Malarino, Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira), São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.
- *Prova Penal Teórica e Prática* (org.: Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira), Coimbra: Almedina, 2019.

COHEN, Jonathan L.,

- *The Probable and the Provable*, Oxford: Oxford University Press, 1977.

D'ALMEIDA, Luís Duarte,

- *Allowing for Exceptions: A Theory of Defences and Defeasibility in Law*, Oxford: Oxford University Press, 2015.

FERRER BÉLTRAN, Jordi,

- *Prueba Sin Convicción: Estándares de Prueba y Debido Proceso*, Madrid: Marcial Pons, 2021.

FLETCHER, George,

- “Two kinds of legal rules: a comparative study of the burden of persuasion practices in criminal cases”, *Yale Law Journal*, vol. 77, n.º 5 (1968), pp. 880-935.

HART, Herbert L.A.,

- “The ascription of responsibility and rights” (1948-1949), agora in: AA.VV., *Logic and Language* (org.: Antony Flew), Oxford: Basil Blackwell, 1968, pp. 145-166.

III - Ónus da prova

NANCE, Dale A.,

- *The Burdens of Proof: Discriminatory Power, Weight of Evidence, and Tenacity of Belief*, Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

NEVA FENOLL, Jordi/FERRER BÉLTRAN, Jordi/GIANNINI, Leandro J.,

- *Contra la carga de la prueba*, Madrid: Marcial Pons, 2019.

IV - Prova científica e perícias

AA.VV.,

- *Novos Desafios da Prova Penal* (org.: Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira), Coimbra: Almedina, 2020.
- *Forensic Science Evidence and Expert Witness Testimony Reliability through Reform?* (org.: Paul Roberts e Michael Stockdale), Cheltenham: Edward Elgar, 2018.

V - Método do caso e prova penal

MENDES, Paulo de Sousa,

- “Nota prévia a Prova Penal”, in: AA.VV., *Prova Penal Teórica e Prática* (org.: Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira), Coimbra: Almedina, 2019, pp. 13-18.

PEREIRA, Rui Soares,

- “A probática na ciência do direito e o recurso ao método do caso para a teoria da prova”, *Revista de Direito Civil*, ano 3, n.º 2 (2018), pp. 351-366.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa